



ANÁLISE DA AÇÃO DE SAÚDE OCULAR DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM PARNAÍBA-PI

ANALYSIS OF THE EYE HEALTH ACTION WITHIN THE SCHOOL HEALTH PROGRAM IN PARNAÍBA, STATE OF PIAUÍ

Larha Theresa Pinheiro da Costa Gomes^{1*}, Camila da Silva Lopes Nunes², Gerarlene Ponte Guimarães Santos³, Rayla Maria Pontes Guimarães Costa³

¹Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba (PI), Brasil; ²Enfermeira pela Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba (PI), Brasil; ³Doutora pela Universidade Federal do Piauí, Parnaíba (PI), Brasil.

***Autor correspondente:** Larha Theresa Pinheiro da Costa Gomes – **Email:** larha02@gmail.com

Recebido: 15 out. 2024

Aceito: 03 mar. 2025

Editores-chefes: Dr. Leonardo Pestillo de Oliveira e Dr. Mateus Dias Antunes

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



RESUMO: O objetivo foi analisar a ação de saúde ocular desenvolvida pelo Programa Saúde na Escola no município de Parnaíba-PI. Pesquisa do tipo documental, de natureza qualitativa, cuja fonte de dados foram documentos obtidos na Secretaria de Saúde do município de Parnaíba, Piauí. A ação de saúde ocular em Parnaíba se deu a partir do processo de implantação e implementação do Programa Saúde na Escola no município. Desse modo, as intervenções em saúde foram promovidas de forma intersetorial, por meio da articulação dos setores da saúde e educação. As atividades de saúde ocular foram executadas após a adesão do município ao programa e são fundamentais para a prevenção de problemas visuais desde a infância. No entanto, embora tenham sido iniciadas após a implantação do programa, não foi possível localizar o registro de todas as ações realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes. Promoção da Saúde na Escola. Saúde da visão.

ABSTRACT: The objective was to analyze the ocular health actions developed by the School Health Program in the municipality of Parnaíba, Piauí, Brazil, through a qualitative documentary study based on documents obtained from the Municipal Health Secretariat. The implementation of ocular health actions occurred as part of the process of establishing and operationalizing the School Health Program in the municipality, promoting intersectoral health interventions through the articulation between the health and education sectors. These activities were carried out after the municipality's formal adherence to the program and are considered essential for the prevention of visual problems from childhood. However, despite having been initiated following the program's implementation, it was not possible to locate complete records of all the actions performed, indicating gaps in documentation and systematization of the developed activities.

KEYWORDS: Students. Health Promotion at School. Eye Health.

INTRODUÇÃO

A visão corresponde ao sentido do qual predomina dentre os cinco sentidos humanos, desempenhando um papel essencial em todos os aspectos da vida¹. Há nível global cerca de 2,2 bilhões de pessoas têm algum déficit visual e pelo menos metade desses casos poderiam ser evitados ou tratados, sendo 1,4 milhões casos de crianças cegas²⁻³.

No Brasil, dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) revelaram que aproximadamente de 26 mil crianças apresentam cegueira em decorrência de disfunções oculares que poderiam ter sido prevenidas ou corrigidas em seu estágio inicial⁴. Neste contexto, várias são as intervenções que têm o intuito de reduzir o risco de desenvolvimento de alguma condição ou deficiência visual e diminuir o seu impacto, ocorrendo nos campos de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde¹.

Logo, as intervenções de saúde ocular e a prevenção da cegueira na escola no Brasil, são desenvolvidas desde o século passado, por meio de iniciativas regionais, planos, projetos e campanhas¹. Um aspecto comum dessas intervenções era a natureza preventivista, campanhista e distante do atual modelo de promoção da saúde no espaço escolar⁵.

Para tal, a temática foi incluída em 2007 na constituição do Programa Saúde na Escola (PSE), mediante o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Tal programa tem caráter interministerial com o objetivo de contribuir para a formação integral de atenção básica dos estudantes da rede pública, sendo a saúde ocular uma das 14 ações componentes do PSE⁶⁻⁷.

Contudo, o PSE representa um marco na elaboração de iniciativas de promoção da saúde ocular e prevenção da cegueira nos contextos da comunidade escolar e da Atenção Primária à Saúde (APS). Além disso, parte da estrutura operacional da Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS)^{6,8}.

As ações previstas no contexto do PSE englobam a atenção, promoção, prevenção e assistência, compreendendo diversas temáticas de relevância à saúde, devendo ser realizadas baseada na diretriz da intersetorialidade entre os profissionais da saúde e da educação, no âmbito da comunidade escolar e extensão da APS. Dessa forma, faz-se necessária a interlocução dos saberes entre os profissionais da APS e da educação⁹.

A escola é considerada um local privilegiado para a promoção da saúde. No entanto, quando se trata da promoção da saúde ocular, há evidências de que as ações voltadas para os cuidados com a visão recebem menos atenção e investimento em comparação àquelas focadas na prevenção e tratamento^{2,9}. Apesar dessas iniciativas demonstrarem eficácia em determinados contextos, ressalta-se a necessidade de mais pesquisas.

Desse modo, o desenvolvimento deste estudo justifica-se pela identificação de lacunas na promoção da saúde ocular, causada pela falta de informações sobre os cuidados básicos com os olhos e da ausência de medidas preventivas voltadas a crianças e adolescentes em idade escolar. Vale ressaltar que a deficiência visual precoce pode impactar diretamente o desenvolvimento motor, cognitivo e linguístico, além de influenciar o processo de ensino-aprendizagem, comprometendo o desempenho escolar e contribuindo para a evasão⁸. Diante desse cenário, evidencia-se a relevância desta pesquisa.

Portanto, a pesquisa tem o objetivo de analisar a ação de saúde ocular desenvolvida pelo Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Parnaíba-PI, a partir do seu processo de implantação.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo documental, que teve como fonte de dados documentos obtidos na Secretaria de Saúde do município de Parnaíba-PI. A pesquisa documental é

aquela que utiliza materiais que ainda não passaram por uma análise detalhada e que podem ser reformulados para atender às necessidades do estudo. Além disso, suas fontes são amplas, como documentos oficiais, jornais, contratos, gravações, relatórios de pesquisas, entre outros¹¹.

Os documentos analisados foram portarias administrativas que trataram acerca da implantação e da implementação do Programa Saúde na Escola em Parnaíba. Dentre eles, utilizou-se: Portaria Interministerial nº 1.910, de 8 de agosto de 2011; Portaria Interministerial nº 1.413, de 10 de julho de 2013 e a Portaria nº 297, de 28 de fevereiro de 2013. Além disso, esta pesquisa também se fundamenta de dados do Projeto de Extensão denominado “Pequenas Visões” que aborda as ações de saúde ocular do PSE.

Vale ressaltar que o projeto Pequenas Visões foi executado por discentes da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR), em parceria com o Hospital dos Olhos Assis Costa e a Secretaria de Saúde de Parnaíba. O objetivo do projeto foi promover a saúde ocular dos escolares.

Os dados coletados foram analisados pela técnica de Análise Temática, que consiste em um conjunto de técnicas de análise de comunicações que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens¹².

De acordo com Bardin¹² esta análise temática se estrutura em três fases: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise consiste na organização inicial do material por meio da leitura flutuante. Na exploração do material, os dados são analisados manualmente ou com o auxílio de *softwares*. Por fim, o tratamento e a interpretação visam tornar os resultados significativos e válidos, permitindo inferências coerentes aos objetivos do estudo.

Nesse viés, após a coleta e codificação, os documentos de domínio público acerca do PSE, foram categorizados, resultando em sete unidades de registro: municípios aptos a adesão, termo de compromisso, regras de adesão, repasse financeiro, planos de metas municipais, monitoramento e avaliação. Esses temas agrupados deram origem às seguintes categorias temáticas: Implantação da ação de saúde ocular do PSE no município de Parnaíba-PI e Implementação da ação de saúde ocular do PSE no município de Parnaíba-PI.

Além dessas duas categorias, destaca-se uma terceira: ações de saúde ocular no município de Parnaíba-PI. Esta não emergiu da codificação e categorização dos documentos, mas sim de uma coleta de dados específica sobre as ações de saúde ocular do PSE, baseada nas informações coletadas do Projeto Pequenas Visões.

Outrossim, o estudo baseou-se análise das ações de saúde ocular desenvolvidas pelo PSE desde a sua implantação. Para tanto, foram avaliados os documentos referentes ao Programa Saúde na Escola (PSE), abrangendo o período de 2007 a 2024.

Quanto aos aspectos éticos, consoante a Resolução N° 510 de 7 de abril de 2016, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), pesquisas que utilizam informações de domínio público não necessitam de análise e registro no sistema CEP/CONEP, contudo, os preceitos éticos e legais que regem as pesquisas em saúde foram respeitados. Ressalta-se ainda que, por se tratar de um estudo documental, a pesquisa não apresenta riscos e benefícios.

RESULTADOS

A análise dos documentos resultou em sete unidades de registro (temas), em que agrupadas deram origem às seguintes categorias temáticas: Implantação da ação de saúde ocular do PSE no município de Parnaíba-PI e Implementação da ação de saúde ocular do PSE no município de Parnaíba-PI (Quadro 1).

Quadro 1. Codificação e categorização dos documentos, Parnaíba-PI, 2024.

Categoria	Tema	Registro de Ocorrência		
		Portaria interministerial nº 1.910, de 8 de agosto de 2011	Portaria interministerial nº 1.413, de 10 de julho de 2013	Portaria nº 297, de 28 de fevereiro de 2013
Implantação da ação de saúde ocular do PSE em Parnaíba	Municípios aptos a adesão	X	X	
	Termo de compromisso	X	X	
	Regras de adesão	X	X	
	Repasse financeiro	X	X	X
Implementação da ação de saúde ocular do PSE em Parnaíba	Plano de metas municipais	X		
	Monitoramento		X	
	Avaliação		X	

Fonte: autores, 2024.

A categoria “Implantação da ação de saúde ocular do PSE no município de Parnaíba-PI” aborda sobre a adesão do município ao programa, o estabelecimento das ações de saúde ocular, o termo de compromisso a ser assinado e o repasse financeiro para a realização das ações. Quanto a categoria “Implementação da ação de saúde ocular do PSE no município de Parnaíba-PI” são abordados os temas sobre o plano de metas municipais destinadas a cada local adepto ao programa e a triagem de acuidade visual.

Já a terceira categoria, intitulada “Ações de saúde ocular no município de Parnaíba-PI”, foi definida com base na análise dos documentos disponibilizados pelo projeto Pequenas Visões e refere-se as atividades de saúde ocular desenvolvidas pelo PSE no município de Parnaíba após a adesão ao programa.

CATEGORIA 1: IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO DE SAÚDE OCULAR DO PSE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI

Para a implantação da ação de saúde ocular no município de Parnaíba-PI, foi necessário primeiramente implantar o Programa Saúde na Escola. A implantação do PSE no município de Parnaíba teve seu registro nas seguintes portarias: Portaria interministerial nº 1.910, de 8 de agosto de 2011; Portaria interministerial nº 1.413, de 10 de julho de 2013; Portaria nº 297, de 28 de fevereiro de 2013.

Diante desse contexto, a implantação do PSE e, posteriormente, da ação de saúde ocular, se deu a partir da Portaria Interministerial nº 1.910/11 em que possibilitou o processo de adesão do município ao programa. Para tal, este documento trouxe em seu conteúdo os municípios aptos à adesão e assinatura do termo de compromisso, estando Parnaíba dentre os locais contemplados. Seu objetivo principal foi formalizar o termo de compromisso, que funciona como um estabelecedor de

metas para ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos escolares em seus respectivos territórios de responsabilidade.

Nesse sentido, o Termo de Compromisso Municipal é definido e descreve a cooperação entre as Secretarias Municipais de Saúde e Educação para a execução do PSE, que contribui para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica através das ações de saúde, dentre elas, as ações de saúde ocular.

As regras de adesão, foram apresentadas em dois documentos analisados. O primeiro, de 2011, estabelecia que os municípios deveriam estar aptos e listados para assinarem o Termo de Compromisso. Em 2013, uma nova portaria atualizou essa regra, definindo que todos os municípios e o Distrito Federal estão aptos a assinar o termo. Como resultado, o município de Parnaíba tem realizado a adesão ao PSE anualmente.

Ademais, a respeito do repasse financeiro para a implantação do PSE, todos os documentos analisados abordam essa temática, demonstrando sua relevância no processo de implantação do programa. Em 2011, foi estabelecido que 70% do valor seria pago após a assinatura do termo de compromisso, e os 30% restantes seriam pagos após o cumprimento de 70% das metas pactuadas em 12 meses. Se as metas não fossem cumpridas no prazo, o município perdia o direito aos 30% restantes e só poderia formalizar um novo termo de compromisso ao atingir 70% das metas estabelecidas.

Logo, em fevereiro de 2013, uma nova portaria listou os municípios habilitados a receber o restante do repasse financeiro, com base no número de equipes informadas no Sistema de Monitoramento do PSE (SIMEC) e no cumprimento dos objetivos de 2011/2012. Parnaíba estava entre esses municípios, demonstrando o comprometimento das equipes na execução efetiva do programa.

No mesmo ano, uma nova portaria foi lançada atualizando as regras de repasse financeiro do PSE. A partir da data de publicação, apenas 20% do valor anual pactuado seria repassado aos municípios após a adesão, e o restante seria pago apenas quando os beneficiários atingissem pelo menos 50% das metas pactuadas em cada ação. Avaliações seriam realizadas no sexto e no décimo segundo mês após a adesão para assegurar maior comprometimento dos municípios com as metas propostas.

Desse modo, com a implantação do PSE, também ocorreu a implantação da ação de saúde ocular, visto que, a saúde ocular é contemplada como uma das 14 ações do programa e deve ser promovida pelas equipes de saúde e educação do município. Por fim, a saúde ocular do programa envolve atividades de promoção da saúde visual, prevenção da cegueira e deficiência visual, educação sobre cuidados oculares e encaminhamento dos estudantes identificados com problemas de visão.

CATEGORIA 2: IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO DE SAÚDE OCULAR DO PSE NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI

A implementação do PSE no município de Parnaíba ocorreu a partir de um plano de metas municipal apresentado na portaria de adesão de 2011. O plano foi estruturado em três componentes: avaliação clínica e psicossocial; ações de promoção da saúde e prevenção; educação permanente e capacitação de profissionais da educação, saúde e jovens para o PSE.

Assim sendo, o plano de metas do PSE no município de Parnaíba-PI incluiu ações como avaliação antropométrica, verificação da carteira vacinal dos estudantes, triagem visual usando o Teste de *Snellen* e verificação de estudantes sem registro civil e encaminhamento dos dados ao Conselho Tutelar. Também foram promovidas atividades de segurança alimentar, práticas corporais e o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, abordando temas como saúde sexual e reprodutiva, prevenção de infecções, uso de substâncias e promoção da paz.

Isto posto, a implementação da ação de saúde ocular ocorreu em conjunto com as demais ações em saúde previstas no plano de metas municipal. Com efeito, a triagem visual utilizando o Teste de *Snellen* foi implementado nas escolas públicas da rede municipal e incluía estudantes a partir de cinco anos e um mês até os dezesseis anos de idade. Além disso, desde sua implementação, o PSE recomenda que a avaliação da saúde ocular seja realizada pelo menos uma vez ao ano.

CATEGORIA 3: AÇÕES DE SAÚDE OCULAR NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA-PI

As atividades de saúde ocular realizadas pelo PSE no município de Parnaíba, segundo a coordenação do PSE, foram executadas após a adesão do município ao programa. No entanto, não foi possível localizar o registro de todas as atividades realizadas nas escolas pelo PSE.

Nesse sentido, acrescenta-se que se encontrou apenas o registro de uma ação, realizada em 2023 pelo projeto denominado “Pequenas Visões”, executado pelo curso de enfermagem da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em parceria com a Secretaria de Saúde, pelo Programa Saúde na Escola do município de Parnaíba e o Hospital de Olhos Assis Costa.

O projeto foi realizado em duas escolas e ao total foi realizado teste de acuidade visual, utilizando-se da escala de *Snellen*, em 379 crianças de seis a 12 anos de idade, dentre as quais 81 delas receberam encaminhamento ao oftalmologista.

As atividades realizadas pelo “Pequenas Visões” no município de Parnaíba tiveram como objetivo promover e prevenir agravos à saúde ocular de crianças em idade escolar.

DISCUSSÃO

Ao analisar os documentos, constatou-se que a partir da implantação PSE em Parnaíba, no ano de 2011, foi possível também implantar as ações de saúde ocular no município. Os documentos analisados detalham o processo de adesão do município ao PSE, o repasse financeiro, as condições de pagamento e critérios para cumprimento de metas, bem como as avaliações periódicas necessárias para garantir o uso eficaz dos recursos. Essas avaliações asseguram o comprometimento do município com as metas de saúde escolar fundamentais para a eficiência do programa em Parnaíba, assim como das ações de saúde ocular realizadas na rede pública de ensino¹³.

O PSE objetiva contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde⁹. Assim, as ações do PSE, articulam a saúde e educação em prol do desenvolvimento dos escolares, inserindo-os nas redes assistenciais das políticas sociais e aborda de maneira abrangente as necessidades das famílias e da comunidade escolar no território¹⁴.

A implantação do PSE e das ações de saúde ocular está relacionada à intersetorialidade saúde-educação, bem como a satisfação em executar as atividades voltadas ao cuidado dos estudantes. Ademais, a participação multiprofissional e a disponibilidade de recursos materiais e financeiros foram fatores contribuintes para o processo de implantação¹⁵.

Segundo Fernandes¹⁶, as escolas e educadores, em articulação com as equipes de atenção básica, podem promover a intercomunicação das políticas de saúde, contribuindo para a detecção precoce e a intervenção na saúde ocular dos escolares. Isso amplia o acesso aos cuidados básicos em saúde ocular, permitindo intervenções oportunas com base nos sinais e sintomas relacionados a condições oculares dos alunos identificados na rotina escolar.

Quanto à implementação das ações de saúde ocular, ocorreu a partir do plano de metas estabelecido pelo PSE no município de Parnaíba, que incluía, entre suas metas, a realização de triagens de acuidade visual utilizando o teste de *Snellen*, em escolas da rede municipal¹⁷.

Nesse viés, as escolas têm alto potencial para desenvolver intervenções de saúde ocular e uma assistência de alta qualidade e custo-benefício, desempenhando papel fundamental para a redução da morbidade e dos atrasos no desenvolvimento associados à deficiência visual¹⁶. No Brasil, essas intervenções de saúde ocular e prevenção da cegueira nas escolas, têm sido historicamente desenvolvidas por meio de iniciativas regionais e, atualmente, estão concentradas nas ações de Saúde Ocular do PSE¹⁸.

Assim, as atividades de saúde ocular realizadas pelo PSE em Parnaíba não tiveram todos seus registros localizados. No entanto, foi possível localizar o registro de uma ação realizada em duas escolas da rede municipal, em que foi desenvolvida triagem de acuidade visual nos escolares e encaminhamento dos identificados com sinais de alteração para o oftalmologista. Esta ação, realizada pelo projeto “Pequenas Visões”, como mencionada neste estudo, buscou, por meio dos seus resultados, influenciar a formulação de políticas públicas e a implementação de práticas educacionais de saúde, visando promover uma educação mais equitativa e preparar melhor as futuras gerações¹⁹.

Dessa forma, as intervenções de saúde ocular no PSE representam uma importante oportunidade de acesso aos serviços de saúde, contribuindo para a prevenção de doenças e agravos oftalmológicos nos estudantes brasileiros. Os benefícios dessas ações vão além do ambiente escolar, impactando positivamente a saúde e a qualidade de vida dos educandos. A inclusão de medidas como a triagem de acuidade visual nas escolas facilita o diagnóstico precoce e assegura que as crianças e os adolescentes recebam o tratamento oportuno, o que, por sua vez, melhora seu desempenho acadêmico e bem-estar geral²⁰⁻²¹.

CONCLUSÃO

As ações de saúde ocular em Parnaíba foram implementadas com a adesão do município ao Programa Saúde na Escola (PSE). Nesse contexto, embora as atividades tenham sido iniciadas após a implantação do Programa, não foi possível localizar os registros de todas as ações realizadas nas escolas.

No entanto, a promoção da saúde ocular no âmbito escolar é essencial para a prevenção de problemas visuais desde a infância, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa abordagem não apenas atua na melhoria do desempenho escolar, como também eleva a qualidade de vida dos educandos.

Uma limitação do estudo é a escassez de pesquisas na literatura sobre a saúde ocular no contexto do Programa Saúde na Escola (PSE). Essa limitada disponibilidade de dados e referências restringe a profundidade da análise e a comparação dos resultados com outros estudos. Portanto, torna-se essencial o incentivo a novas pesquisas que aprofundem a compreensão desses temas, contribuindo para o embasamento teórico.

REFERÊNCIAS

1. Fernandes LA, Franzoi MAH, Köptcke LS. A saúde ocular e o Programa Saúde na Escola: uma pesquisa documental. *Saúde em Debate*. 2022;46(3): 213-226. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E316>

2. Organização Pan-Americana de Saúde. Organização Mundial de Saúde lança primeiro relatório mundial sobre visão. 2019 [acesso em 09 out. 2023]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-10-2019-organizacao-mundial-da-saude-lanca-primeiro-relatorio-mundial-sobre-visao>
3. Junior JCR, Rebouças CB de A, Castro RCMB, de Oliveira PMP, de Almeida PC, Pagliuca LMF. Construção de vídeo educativo para a promoção da saúde ocular em escolares. *Texto Contexto Enferm.* 2017; 26(2). <https://doi.org/10.1590/0104-07072017006760015>
4. Ottaiano JAA, Ávila MP, Umbelino CC, Taleb AC. As condições de saúde ocular no Brasil 2019. 1º edição; 2019.
5. Becker TOF, Cortela DCB, Miura H, Matsuhara ML. Avaliação da acuidade visual em escolares do ensino fundamental. *Revista Brasileira de Oftalmologia.* 2019; 78(1): 37-41. <https://doi.org/10.5935/0034-7280.20190008>
6. Brasil. Decreto nº6.2886, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola- PSE, e dá outras providências. Presidência da República. Diário Oficial da União, 5 dez. 2007.
7. Brasil. Ministério da Saúde. Nota técnica nº 4/2024-cgedess/deppros/saps/ms. "Semana Saúde na Escola" para 2024. Departamento de prevenção e Promoção da Saúde. Brasília – DF, 2024.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos temáticos do PSE: Saúde Ocular. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília-DF, 2016.
9. Rumor PCF, Heidemann ITSB, Souza JB, Manfrini GC, Souza JM. Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. *Saúde Debate.* 2022; 46(3): 116-128. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E308>
10. Santos AMS, Tajra I, Torres MV. Avaliação da Saúde Ocular de Crianças da Educação Infantil em uma Creche: Tecendo Laços entre Educação e Saúde. *Saúde em Redes.* 2022; 8(1): 101-115. <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8n1p101-115>
11. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas; c2008. 220p.
12. Bardin L. Análise de conteúdo. 1 ed. São Paulo: Edições 70; c2015, 288p.
13. Fernandes LA, Shimizu HE, Neto PF do PO, Cavalcante FVSA, da Silva JRM, Parente RCM. Trajetória dos 15 anos de implementação do Programa Saúde na Escola no Brasil. *Saúde Debate.* 2022; 46(3): 13-28. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E301>
14. Brasil. Ministério da Saúde. Relatório estadual de monitoramento de 2021 do PSE. Secretaria de atenção primária à saúde. 2022.
15. Medeiros ER, Pinto ESG, Paiva ACS, Nascimento CPA, Rebouças DGC, Silva SYBS. Facilidades e dificuldades na implantação do Programa Saúde na Escola em um município do nordeste do Brasil. *Revista Cuidarte.* 2018; 9(2): 2127-34. <https://doi.org/10.15649/cuidarte.v9i2.514>
16. Fernandes, LA. Análise estratégica da ação de saúde ocular do Programa Saúde na Escola no Brasil [dissertação]. Brasília: Escola Fiocruz de Governo; 2020. 80p.
17. dos Santos EM, Adinolfi VTS. O programa Saúde na Escola e suas relações com a Base Nacional Comum Curricular. *Reflexão e Ação.* 2022; 30(1): 217-234. <https://doi.org/10.17058/rea.v30i1.15968>
18. Feller ES, Leite LC, de Castro MR. Saúde ocular e escola: perspectiva dos professores. *Revista educação e cultura contemporânea.* 2022; 19 (57): 119-141. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20210126>
19. Pinto R de CSB, Viana CCO, Nunes C da SL, Carneiro I de A, dos Santos ZAS, Brito DS, Costa RMPG. Promoting eye health in public school children: an experience report. *Contribuciones a las ciencias Sociales.* 2024; 17(2): 01-11. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-142>
20. Fernandes LA, Köptcke LS. Análise da ação de saúde ocular do Programa Saúde na Escola no Brasil de 2014 a 2019: um estudo transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde.* 2021; 30(2). <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000200008>
21. Capelario E de FS, da Silva ACR, da Silva FRA, Caetano BRF, da Silveira RE, da Silva YTV, et al. Relação do Programa Saúde na Escola (PSE) com a promoção da qualidade de vida e educação integral: Revisão integrativa de literatura. *Research Society and Devopment.* 2022; 11(17). <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38816>